



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 3931

Sábado - 30 de Julho de 2022

Florianópolis/SC

Sumário

EDIÇÃO EXTRA

Associações

AMPLANORTE	2	AMUREL	3	FECAM	8
AMURC.....	3	AMURES	6		

Consórcios

CINCATARINA	9
CIS/AMARP.....	17
CIS/AMOSC.....	18
CISAMREC	19
CISNORDESTE	22
CODEPLAN.....	25
CVC.....	25
CIS-GRANFOLIS	25
CIGAMVALI.....	29



Associações

AMPLANORTE

ATA Nº 03/2022

Publicação Nº 4071108

ATA Nº 03/2022

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de julho as 15h00min horas em primeira chamada, reuniram-se na sede da Amplanorte, inscrita no CNPJ: 83.244.954/0001-77 os prefeitos que compõe a entidade. Esteve presente o Presidente e Prefeito de Monte Castelo, Sr. Jean Carlo Medeiros de Souza, Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Moisés, Prefeito de Bela Vista do Toldo, Sr. Alfredo Cesar Dreher, Sr. Lademir Fernando Arcari, Prefeito e Irineópolis, Prefeito de Mafra, Sr. Emerson Maas, Prefeito de Itaiópolis, Sr. Mozart José Myczkowski, Prefeito de Porto União, Sr. Eliseu Mibach, Prefeito de Três Barras, Sr. Luiz Divonsir Shimogui, Secretário Executivo da Amplanorte, Sr. Helio Daniel Costa, Manolo – Jurídico da AMPLANORTE. Pauta do dia: 1) Alteração do Estatuto 2) Entrega Regulamentação SELOARTE SEBRAE 3) Assuntos Gerais. O presidente da Amplanorte deu boas vindas juntamente com a presença do Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Moises que se fez presente na região e compareceu na entidade. Jean parabenizou o governador pelos recursos entregues na região e que o governo tem olhado para o planalto norte catarinense, algo que não acontecia a muito tempo. Maas saudou os presentes e também agradeceu o empenho do governo, no qual recebeu mais de cem milhões em convênios, deu exemplo do repasse ao Hospital São Vicente de Paula que firmou convenio de quarenta milhões, no qual é um hospital de referencia que atende a região do planalto norte. Saliba afirmou o empenho do governador, no qual neste dia passou pelo seu município conversando com as entidades locais, acompanhando as demandas e sugestões. Mozart parabenizou o governador, no qual tem investindo na infra estrutura, principalmente para investimentos do setor privado. Eliseu afirmou o trabalho do governo do estado, no qual tem passado um modelo de gestão simplificado, Lademir também agradeceu o apoio do governador, pelo olhar diferenciado na região que vem crescendo e se destacando principalmente na agropecuária. Shimogui e Alfredo saudaram e agradeceram o governo pelos repasses que serão investidos da melhor maneira para a população. Moisés parabenizou os prefeitos e disse que o governo vem trabalhando com um sistema de gestão eficiente e transparente, municipalizando e com isso trazendo investimentos aos municípios, onde tem buscado apoio dos gestores para o melhor desenvolvimento da região. Para o próximo assunto em pauta, Daniel passou a palavra ao Sr. Celso – SEBRAE para entrega do relatório e projeto de lei referente ao SELO ARTE para serem enviadas as câmaras de vereadores dos municípios envolvidos no projeto. Celso agradeceu e disse é a primeira etapa feita, no qual é um projeto que envolve os técnicos municipais no qual explicou que o SELO ARTE é uma atualização e regulamentação das leis federais e estaduais com as particularidades de cada município e com isso aumenta o fortalecimento da economia local, adequando os produtores da região. Jean parabenizou o SEBRAE pelos bons resultados, e que no seu município eles atendem desde 2018 com ótimos projetos de desenvolvimento. Na pauta referente a alteração estatutária, Daniel chamou Dr. Manolo para apresentação aos prefeitos. Manolo explanou que a mudança vem devido a nova lei federal e estadual que as associações se enquadram juridicamente direito privado. E o que regula a atividades da associação, principalmente na questão de pessoal e bens e serviços precisa estar no estatuto da entidade. Falou da possibilidade das reuniões de assembleia serem telepresencial e/ou virtual para determinados assuntos e acrescentando assinaturas digitais, onde terá mais agilidade nos processos administrativos. Deu exemplo de print's de whatsapp para decisões bem como aceite ou não através de confirmação de emails. Para assuntos determinantes como aprovação de contas, alteração estatutária, e cargos da diretoria continua sendo obrigatório reuniões presenciais. Sendo aprovado em unanimidade. Como assuntos gerais, Daniel apresentou dados de produtores rurais cadastrados no estado, selecionando os municípios da Amplanorte. Falou aos prefeitos que os produtores terão que emitir nota fiscal eletrônica, como prazo junho de 2023. E com isso, a Amplanorte trouxe a proposta de uma campanha de marketing regional em parceria com o estado, sendo uma estratégia para orientar e mostrar a importância do fato. Expos que a porcentagem de quem já utiliza é pequena, Daniel pediu apoio os prefeitos, pois só se consolida a operação com a nota, e com a nova sistematização trará agilidade aos processos de ambas as partes. Mozart comentou que no município possui conselhos regionais, e com isso pode ajudar no planejamento da divulgação. Jean disse que a ideia é valida, pois se trata de campanha publicitária para apresentar as vantagens. Luiz disse que essa campanha precisa começar após a eleição estadual, e que tem duvidas em questão do prazo. Daniel disse que é uma normativa do conselho federal, no qual o estado precisa se adequar. Nada mas havendo a tratar, a ata será assinada por mim e pelo presidente para fiel registro.

AMURC**EDITAL 04-2022 RETIFICADO**

Publicação Nº 4071186

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2022
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMURC

Jair da Silva Ribeiro, Presidente da Amurc, em conformidade com os termos legais do Estatuto Social, CONVOCA todos os prefeitos dos municípios associados para, a realização de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMURC, a realizar-se no dia 04 de agosto de 2022, a partir das 9:00h, na sala de reuniões da Amurc, cita a Rua Cornélio de Haro Varela, 1835, Água Santa, Curitiba-SC, com a seguinte ordem do dia:

1. Apresentação sobre serviços de gaveta em cemitério municipal;
2. Ações Amurc;
3. Reuniões Colegiado;
4. Aprovação parceria Sebrae para desenvolvimento trabalho planos municipais de turismo;
5. Apresentação recursos Movimento Econômico;
6. Aprovação repasse de recursos ações custeadas Amurc ;
7. Aprovação orçamento 2023.

Curitiba, SC, 29 de julho de 2022.

Jair da Silva Ribeiro
Presidente da Amurc

AMUREL**003-2022**

Publicação Nº 4072179

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

CONTRATANTE: ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DA REGIAO DE LAGUNA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.998.170/0001-71, com endereço à Rua Rio Branco, nº 67, bairro Centro– Tubarão/SC– CEP: 88.705-160, que tem como representante legal o Sr. Agnaldo Filippi, inscrito no CPF nº 552.312.339-00, residente na estrada geral Ilhota, s/n – Pedras Grandes – SC.

CONTRATADO: AUTO POSTO PREMIER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 95.807.517/0001-01, estabelecida na Avenida Marcolino Martins Cabral, 1900, Centro, Tubarão - SC, CEP 88705- 000 e POSTO CONCEITO PREMIER COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 85.259.703/0001-91, com sede na Av. Marcolino Martins Cabral, n. 1965, Vila Moema, Tubarão – SC, CEP nº 88707-001, neste ato representado por GABRIELA DAMIAN DA SILVA, inscrita no CPF nº 045.802.369-80, residente e domiciliada em R Afonso Pena, 128, Ed Golden Class, apto 1101, Vila Moema, Tubarão/SC, de agora em diante denominado CONTRATADO, para a realização do objeto infra mencionado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 O VENDEDOR é empresa que atua no ramo de comercialização de combustíveis e outros derivados do petróleo, enquanto o COMPRADOR é pessoa jurídica que necessita proceder a diversos abastecimentos de combustíveis em seus veículos, dentre outros serviços afins, com possibilidade de pagamento a prazo.

1.1.2 – Este Contrato estabelece o expresso acordo entre as Partes sobre os termos e as condições dos quais o CONTRATADO fornecerá ao CONTRATANTE e este comprará, receberá e pagará, por todos os produtos combustíveis.

0.2 – Assim, ajustam as partes que o VENDEDOR se obriga a fornecer os produtos por si comercializados ao COMPRADOR, para pagamento a prazo, toda vez que for solicitado, relativo tanto a abastecimento de veículos indicados pelo COMPRADOR, bem como qualquer outro produto ou serviço comercializado/fornecido. O abastecimento se procederá somente na frota indicada e discriminada pelo CONTRATANTE, mediante requisição com assinatura, conforme Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente instrumento terá sua vigência a partir do dia 20 de julho de 2022 até 30 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por simples termo aditivo, por igual período, desde que as partes estejam de pleno acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

2.1 – O preço estabelecido será registrado no sistema do VENDEDOR conforme negociação, sendo que será considerado o menor preço aplicado no dia do abastecimento.

2.2 – As partes declaram cientes de que o preço ajustado dos produtos estão sujeitos a alterações conforme os reajustes feito nas refinarias.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

3.1 – O pagamento dos produtos combustíveis/lubrificantes se dará da forma indicada abaixo:

3.2 – Será enviado ao CONTRATANTE o faturamento com todos os cupons fiscais, como relatório discriminado referente aos produtos combustíveis/lubrificantes adquiridos.

3.3 – Os pagamentos feitos através de cheques serão recebidos com os efeitos pró solvendo, valendo a quitação apenas se compensados nos prazos regulamentares. Caso seja frustrado o pagamento efetuado através de cheque por qualquer motivação, a dívida a que destinava pagar subsistirá em todos os seus termos.

4.4 Excepcionalmente, por liberalidade, o CONTRATADO poderá autorizar o recebimento de cheque de terceiro, desde que devidamente avalizado pelo CONTRATADO, hipótese que o pagamento somente será considerado válido para quitação da dívida, após a regular compensação da cártula.

4.5 – O fechamento da fatura ocorrerá todo o dia 1º e 16º (primeiro e dezesseis) de cada mês e os referidos pagamentos ocorrerão todo o dia 05 e 20 (cinco e vinte) de cada mês, sendo considerado este o dia do vencimento das faturas.

CLÁUSULA QUINTA – DA CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS MORATÓRIOS E MULTA MORATÓRIA

4.1 – Caso o pagamento não seja efetuado integralmente até o prazo indicado, caberá ao CONTRATADO interromper imediatamente o fornecimento dos combustíveis além do direito a cobrança de multa moratória de 2% (dois por cento), além da incidência de juros de mora no importe de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária com base no Índice Geral dos Preços do Mercado – IGP-M da Fundação Getúlio Vargas sob o valor do débito.

4.2 Caso o CONTRATANTE deixar de efetivar o pagamento conforme expresso na cláusula quarta o CONTRATADO poderá constituir-lo em mora, mediante notificação judicial ou extrajudicial, para que pague a mora no prazo de 5 dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de resolução do presente contrato.

4.3 Após o 5ª dia de vencimento de qualquer parcela ou obrigação financeira do contrato, os COMPRADORES e FIADORES ficarão sujeitos a inscrição de seus nomes nos órgãos de proteção ao crédito. Autoriza o CONTRATANTE, desde já, que para qualquer efeito cadastral, de cobrança ou mesmo no curso do contrato, possa o CONTRATADO proceder consulta de informações creditícias junto aos órgãos e instituições credenciadas e autorizadas para tanto.

4.4 Não será considerado moratória, no sentido legal da expressão, a tolerância com que o CONTRATANTE suportarem quaisquer atrasos do CONTRATADO no cumprimento de suas obrigações.

CLÁUSULA SEXTA – DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

6.1 – O presente contrato é título executivo extrajudicial, nos moldes do disposto no artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

6.1 – A parte que desejar rescindir o presente contrato deverá fazê-lo por escrito, através de notificação extrajudicial por cartório ou por correio, desde que acompanhado do devido "Aviso de Recebimento", com efeito imediato.

6.2 Em caso de violação de qualquer cláusula contratual ou falta de pagamento de qualquer das obrigações estipuladas neste contrato, considerar-se-á automaticamente rescindido, para cancelar o fornecimento do crédito dos produtos comercializados, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ressalvado ao VENDEDOR a imediata execução, inclusive com vencimento antecipado dos valores devidos pelo fornecimento de produtos até a data da eventual rescisão.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Em caso de violação de qualquer cláusula contratual ou falta de pagamento de qualquer das obrigações estipulados neste instrumento, considerar-se-á o contrato automaticamente rescindido, para cancelar o fornecimento a crédito dos produtos comercializados, independente de qualquer notificação.

CLÁUSULA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS EM CONFORMIDADE À LEI 13.709/2018

As partes entre si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, comprometem-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a relação contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

Cada Parte será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

De acordo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados, as Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual, ou ainda com fundamento em base legal válida e específica.

Cada uma das Partes deverá também adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

Cada uma das Partes obriga-se a comunicar à outra, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, qualquer descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, assim como qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante à outra Parte, aos dados pessoais e/ou aos seus titulares, mencionando no mínimo o seguinte:

- i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- ii) as informações sobre os titulares envolvidos;
- iii) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- iv) os riscos relacionados ao incidente;
- v) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- vi) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

O presente instrumento não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito deste instrumento, que permanecerão sendo de propriedade do seu proprietário originário.

As Partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Cada Parte se compromete ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS DA CONTRATADA

A Contratada autoriza a coleta de dados pessoais imprescindíveis a execução deste contrato, tendo sido informado quanto ao tratamento de dados que será realizado pela Contratante, nos termos da Lei nº 13.709/2018, especificamente quanto a coleta dos seguintes dados: dados relacionados à sua identificação pessoal, a fim de que se garanta a fiel contratação pelo respectivo titular, dados relacionados ao endereço da Contratada, tendo em vista a necessidade da Contratante identificar o local de instalação, manutenção dos serviços, envio de documentos/notificações e outras garantias necessárias ao fiel cumprimento do contrato ora assinado.

Os dados coletados poderão ser utilizados para compartilhamento com autoridade administrativa e judicial no âmbito de suas competências com base no estrito cumprimento do dever legal, bem como com os órgãos de proteção ao crédito a fim de garantir a adimplência do presente instrumento.

Os dados coletados com base no legítimo interesse da Contratante, bem como para garantir a fiel execução do contrato por arte da Contratada, fundamentam-se no artigo 7º da LGPD.

A Contratante informa que todos os dados pessoais solicitados e coletados são os estritamente necessários para os fins almejados neste contrato.

A Contratada autoriza o compartilhamento de seus dados, para os fins descritos nesta cláusula, com terceiros legalmente legítimos para defender os interesses e as exigências em relação à execução de políticas públicas da Contratante.

A Contratada possui tempo determinado de 05 (cinco) anos para acesso aos próprios dados armazenados, podendo também solicitar a exclusão de dados que foram previamente coletados com seu consentimento.

A exclusão de dados será efetuada sem que haja prejuízo por parte da Contratante, tendo em vista a necessidade de guarda de documentos por prazo determinado de 05 (cinco) anos, conforme Lei Civil. Para tanto, caso a Contratada deseje efetuar a revogação de algum dado, deverá preencher uma declaração neste sentido, ciente que a revogação de determinados dados poderá importar em eventuais prejuízos na prestação de serviços.

A Contratada autoriza, neste mesmo ato, a guarda dos documentos (contratos, documentos fiscais, notificações, ordens de serviços) em que pese eles possuam dados pessoais, por parte da Contratante a fim de que ela cumpra com o determinado nas demais normas que regulam o presente contrato, bem como para o cumprimento da obrigação legal nos termos do artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados. Em eventual vazamento indevido de dados a Contratante se compromete a comunicar seus contratados sobre o ocorrido, bem como sobre qual o dado vertido.

A Contratante informa que a gerência de dados ocorrerá através de um sistema que colherá e tratará os dados na forma da lei.

A Contratante informa que efetuará a manutenção do registro das operações de tratamento de dados pessoais da forma mencionada na cláusula anterior.

Rescindido o contrato os dados pessoais coletados serão armazenados pelo tempo determinado de 05 (cinco) anos. Passado o termo de guarda pertinente, a Contratante se compromete a efetuar o descarte dos dados adequadamente

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Laguna/SC como único competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas.

Laguna, 21 de Julho de 2022.

POSTO CONCEITO PREMIER LTDA
CONTRATADO

AUTO POSTO PREMIER LTDA
CONTRATADO

ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO
DE LAGUNA AGNALDO FILIPPI
CONTRATANTE REPRESENTANTE

Testemunhas:

1. 2.
Nome: Nome:
CPF/MF: CPF/MF:

AMURES

RESOLUÇÃO Nº. 04/2022 - ATUALIZA DIÁRIAS

Publicação Nº 4072077

RESOLUÇÃO Nº.04 DE 29/07/2022

Altera a Resolução nº 01/2021, para deslocamentos dos funcionários da AMURES, incluindo o Presidente da Associação ou seu representante, enquanto a serviço ou atividades de interesse da Associação, e dá outras providências.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Presidente da Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam atualizados os valores das diárias para deslocamentos dos funcionários da AMURES, incluindo o Presidente da Associação ou seu representante, enquanto a serviço ou desempenhando atividades de interesse da Associação, conforme tabela abaixo:

Níveis de deslocamento	Valor da diária completa
A – Dentro do Estado	R\$ 500,00
B – Fora do Estado	R\$ 560,00
C – Para Brasília	R\$ 980,00
D – Fora do País	R\$ 1.400,00

Art. 2º - Os deslocamentos de funcionários, quando não houver pernoite, serão indenizados por meio de ressarcimento de despesas, através de transferência bancária, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de despesas.

Parágrafo Único - Nos casos em que o valor da diária não for suficiente para as despesas, restando demonstrada a necessidade e a utilização da totalidade do valor da diária, a despesa excedente poderá ser ressarcida.

Art. 3º - Fica fixado o valor de R\$ 1,00 (um real) por quilômetro rodado, a ser pago à título de ressarcimento aos funcionários da AMURES ou terceiros a serviço da entidade, quando do deslocamento em veículo particular, mediante apresentação do respectivo roteiro descritivo da viagem.

Art. 4º - Os valores das diárias e de ressarcimentos por deslocamento em carro particular serão corrigidos na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para revisão dos salários.

Art. 5º - A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formulação do pedido, conforme previsto no anexo único desta Resolução, que conterà, no mínimo:

- I - nome e cargo;
- II - número de diárias;
- III - justificativa do deslocamento;
- IV - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º - A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, através de transferência bancária, salvo em situações excepcionais, devidamente caracterizadas e justificadas.

§ 2º - Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas-feiras e em dias não úteis deverão ser expressamente justificados e autorizados.

§ 3º - O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação.

§ 4º - As despesas com pousada, alimentação e locomoção de funcionário que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 6º - O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos,

mediante apresentação dos seguintes documentos comprobatórios:

I - do deslocamento:

- a) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- b) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II - da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- b) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§ 1º - O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente ou ao detentor do adiantamento as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º - No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias.

Art. 7º - Fica revogada a Resolução nº 01/2021.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 29 de julho de 2021.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita de Palmeira

Presidente da AMURES

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

Nome:	
Matrícula:	Cargo:
Nº de diárias:	
Valor Unitário:	Valor Total:
Justificativa do deslocamento:	
Indicação do período (início e término) da viagem e do destino:	
Meio de transporte a ser utilizado:	
Valores gastos com passagens ou ressarcimento de combustível:	
Data:	Assinatura:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA

() AUTORIZADO CONFORME SOLICITAÇÃO

() NÃO AUTORIZADO

Obs: _____

Secretário Executivo

RESOLUÇÃO Nº. 05/2022 - AUTORIZA AMPLIAÇÃO DA SEDE

Publicação Nº 4072088

RESOLUÇÃO Nº. 05 de 29/07/2022

Autoriza o fracionamento da obra de ampliação da sede da AMURES e dá outras providências.

FERNANDA CORDOVA, Presidente da Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

Considerando o disposto no art. 31 e seguintes, do Estatuto Social da AMURES que dispõe sobre as atividades relativas à Unidade de Apoio Administrativo e Técnico, para a consecução dos objetivos da associação;

Considerando a edição da Lei 14.341/21 e Lei Estadual n. 18.254, que atribuiu novo status às Associações de Municípios;

Considerando por fim, a economia que será realizada através do fracionamento da obra em etapas e modalidade de aquisição e serviços, bem como da necessidade de adequação aos novos procedimentos licitatórios e de contratação que envolvem a AMURES;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o fracionamento da obra de ampliação da AMURES, conforme descrito:

Etapa 1 – Projeto – Equipe AMURES;

Etapa 2 – Execução

2.1 – Aquisição dos materiais (procedimento licitatório);

2.2 – Aquisição de Mão-de-obra (procedimento licitatório);

2.3 – Aquisição e colocação de envidraçamento (procedimento licitatório)

Parágrafo único. O disposto neste artigo, contempla a utilização da Resolução 04/2018 e Resolução 01/2022 e demais disposições legais da espécie.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Lages, 29 de julho de 2022.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita de Palmeira

Presidente da AMURES

FECAM**RESOLUÇÃO FECAM N. 079/2022**

Publicação Nº 4072641

RESOLUÇÃO Nº 79/2022

O Presidente da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina – FECAM, JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso das atribuições previstas no Estatuto da entidade,

Considerando a instabilidade no preço dos combustíveis e as variações dos índices inflacionários, RESOLVE ajustar a metodologia de apuração dos valores pagos em função dos quilômetros percorridos com automóveis particulares de pessoas a serviço da FECAM.

Art. 1º - A apuração dos valores a serem pagos em razão dos quilômetros percorridos com automóveis particulares de pessoas a serviço da FECAM considerará, exclusivamente, os seguintes fatores:

I - quilômetros percorridos exclusivamente a serviço da FECAM;

II – preço médio vigente da gasolina comum no Estado de Santa Catarina no 1º dia útil do mês em que o relatório de viagem for apresentado, utilizando-se exclusivamente os dados da Agência Nacional de Petróleo – ANP;

III – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses, tendo por base aquele divulgado até o 1º dia útil do mês em que o relatório de viagens for apresentado;

IV – Índice de depreciação contábil anual de automóveis admitida pela Receita Federal do Brasil – RFB, equivalente a 20% (vinte por cento).

Art. 2º - A apuração do valor obedecerá o seguinte cálculo:

$$(Km \times PMG) \times [(INPC + IDAC) \times 0,75] = V$$

Onde:

Km = total de quilômetros percorridos exclusivamente a serviço da FECAM

PMG = preço médio da gasolina comum no Estado de Santa Catarina

INPC = Índice Geral de Preços ao Consumidor expresso em números decimais

IDAC = Índice de Depreciação Anual Contábil expresso em números decimais

V = valor a ser reembolsado pela FECAM

Art. 3º - Esta Resolução passa a vigorar no dia 1º de agosto de 2022, revogando quaisquer disposições em contrário.

Florianópolis, SC, 28 de julho de 2022.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Presidente da FECAM

Consórcios

CINCATARINA

AP22CIN0209_E-PAL 0002_12 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

Publicação Nº 4071647

AP22CIN0209

DÉCIMO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0002/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRI, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, MUNICÍPIO DE ANGELINA, MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE ASCURRA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, MUNICÍPIO DE CAPINZAL, MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GASPAR, MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPUAÇU, MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, MUNICÍPIO DE JABORÁ, MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JOAÇABA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, MUNICÍPIO DE LONTRAS, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE ORLEANS, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO VERDE, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, MUNICÍPIO DE TAIÓ, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREVISÓ, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUBICI, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEÃO, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE XANXERÊ, MUNICÍPIO DE XAXIM, MUNICÍPIO DE ZORTÉA, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE GASPAR.
FORNECEDOR:	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

ATA:	AT22CIN026259, AT22CIN026264, AT22CIN026265, AT22CIN026267, AT22CIN026268, AT22CIN026269, AT22CIN026272, AT22CIN026275, AT22CIN026281, AT22CIN026283, AT22CIN026292, AT22CIN026277, AT22CIN026295, AT22CIN026300, AT22CIN026301, AT22CIN026307, AT22CIN026309, AT22CIN026313, AT22CIN026315, AT22CIN026316, AT22CIN026319, AT22CIN026327, AT22CIN026329, AT22CIN026331, AT22CIN026339, AT22CIN026340, AT22CIN026343, AT22CIN026344, AT22CIN026347, AT22CIN026348, AT22CIN032854, AT22CIN026351, AT22CIN026352, AT22CIN026353, AT22CIN026355, AT22CIN026358, AT22CIN026362, AT22CIN026363, AT22CIN026365, AT22CIN026367, AT22CIN026368, AT22CIN026369, AT22CIN026371, AT22CIN026372, AT22CIN026373, AT22CIN026374, AT22CIN026375, AT22CIN026376, AT22CIN026377, AT22CIN026378, AT22CIN026379, AT22CIN026380, AT22CIN026381, AT22CIN026382, AT22CIN026383, AT22CIN026384, AT22CIN026385, AT22CIN026386, AT22CIN026387, AT22CIN026388, AT22CIN026389, AT22CIN026392, AT22CIN026394, AT22CIN026396, AT22CIN026397, AT22CIN026398, AT22CIN026399, AT22CIN026400, AT22CIN026401, AT22CIN026402, AT22CIN026403, AT22CIN026404, AT22CIN026405, AT22CIN026406, AT22CIN026407, AT22CIN026408, AT22CIN026409, AT22CIN026410, AT22CIN026411, AT22CIN026412, AT22CIN026415, AT22CIN026416, AT22CIN026417, AT22CIN026418, AT22CIN026419, AT22CIN026420, AT22CIN026421, AT22CIN026422, AT22CIN026423, AT22CIN026425, AT22CIN026426, AT22CIN026428, AT22CIN026429, AT22CIN026430, AT22CIN026431, AT22CIN026432, AT22CIN026434, AT22CIN026435, AT22CIN026436, AT22CIN026437, AT22CIN026438, AT22CIN026440, AT22CIN026441, AT22CIN026442, AT22CIN026443, AT22CIN026447, AT22CIN026448, AT22CIN026450, AT22CIN026451, AT22CIN026452, AT22CIN026454, AT22CIN026457, AT22CIN026458, AT22CIN026459, AT22CIN026460, AT22CIN026462, AT22CIN026463, AT22CIN026464, AT22CIN026465, AT22CIN026466, AT22CIN026467, AT22CIN026470, AT22CIN026473, AT22CIN026474, AT22CIN026475, AT22CIN026477, AT22CIN026479, AT22CIN026481, AT22CIN026482, AT22CIN026483, AT22CIN026484, AT22CIN026486, AT22CIN026487, AT22CIN026488, AT22CIN026490, AT22CIN026491, AT22CIN026492, AT22CIN026493, AT22CIN026494, AT22CIN026495, AT22CIN026496, AT22CIN026497, AT22CIN026499, AT22CIN026500, AT22CIN026503, AT22CIN032023.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Saneantes, higienização, limpeza e correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	31/03/2023
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0002/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
91	Unidade	Esfregão fabricado em aço inox. Embalagem unitária. (CIN11601)	R\$ 2,35	R\$ 2,68

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a Decisão Administrativa do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do fornecedor JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA em 04/07/2022.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 25 de julho de 2022.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP22CIN0210_E-PAL 11814_3 - METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Publicação Nº 4071650

AP22CIN0210

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 11814/2021-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
--------------------	--

ÓRGÃO PARTICIPANTE:	<p>CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ANGELINA, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CAIBI, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE LAURENTINO, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDEIRA.</p>
FORNECEDOR:	METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ATA:	<p>AT21CIN121007, AT22CIN063907, AT21CIN121262, AT21CIN121234, AT21CIN121249, AT21CIN121277, AT21CIN121256, AT21CIN121228, AT21CIN121226, AT21CIN121236, AT21CIN121242, AT22CIN063646, AT21CIN121263, AT21CIN121239, AT21CIN121258, AT21CIN121237, AT21CIN121241, AT21CIN121224, AT21CIN121245, AT21CIN121233, AT21CIN121276, AT21CIN121220, AT21CIN121253, AT21CIN121243, AT21CIN121246, AT22CIN006043, AT21CIN121247, AT21CIN121230, AT21CIN121232, AT22CIN063647, AT22CIN002811, AT21CIN121223, AT21CIN121240, AT21CIN121244, AT21CIN121274, AT21CIN121238, AT21CIN121229, AT21CIN122815, AT21CIN121221, AT22CIN049386, AT21CIN121269, AT21CIN121010, AT21CIN121013, AT22CIN005503, AT21CIN121270, AT21CIN121271, AT21CIN121278, AT22CIN031635, AT21CIN121275, AT21CIN121000, AT22CIN001803, AT21CIN121001, AT21CIN121261, AT21CIN121266, AT21CIN121265, AT21CIN121011, AT21CIN121248, AT22CIN063908, AT21CIN121250, AT21CIN121219, AT22CIN004401, AT21CIN121009, AT21CIN121012, AT21CIN121257, AT22CIN032533, AT21CIN121002, AT22CIN013595, AT22CIN000853, AT21CIN121264, AT21CIN121008, AT21CIN121255, AT21CIN121259, AT21CIN121235, AT21CIN121251, AT22CIN063027, AT21CIN121222, AT21CIN121272, AT21CIN121003, AT21CIN121254, AT22CIN005824, AT21CIN121252, AT21CIN121227, AT21CIN121273, AT21CIN121231, AT21CIN121225, AT21CIN121260, AT21CIN121268, AT21CIN121267, AT22CIN005194, AT21CIN121004, AT21CIN121005, AT21CIN121218, AT22CIN016822, AT21CIN12100.</p>
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos Médico Hospitalares, Odontológicos e de Fisioterapia.
VALIDADE FINAL ARP:	08/11/2022
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 11814/2021 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0048/2021 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
17	Unidade	Balança pediátrica digital. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN14981)	R\$ 603,25	R\$ 659,00

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a Decisão Administrativa do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do fornecedor METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA em 04/07/2022.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 25 de julho de 2022.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP22CIN0211_E-PAL 0012_10 - BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES

Publicação Nº 4071653

AP22CIN0211

DÉCIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0012/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAIMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CAIBI, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAJEADO, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IMBUÍ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE WITMARSUM.
FORNECEDOR:	BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES
ATA:	AT22CIN034053, AT22CIN034054, AT22CIN042488, AT22CIN034058, AT22CIN034059, AT22CIN034063, AT22CIN034066, AT22CIN034067, AT22CIN034068, AT22CIN034073, AT22CIN034074, AT22CIN034075, AT22CIN034076, AT22CIN034078, AT22CIN034061, AT22CIN034080, AT22CIN034082, AT22CIN034083, AT22CIN034085, AT22CIN034086, AT22CIN034087, AT22CIN034089, AT22CIN034090, AT22CIN034091, AT22CIN034092, AT22CIN034093, AT22CIN034096, AT22CIN034097, AT22CIN046869, AT22CIN034099, AT22CIN034101, AT22CIN034103, AT22CIN049191, AT22CIN034104, AT22CIN034105, AT22CIN034106, AT22CIN034109, AT22CIN034110, AT22CIN034111, AT22CIN034112, AT22CIN034113, AT22CIN062769, AT22CIN034115, AT22CIN034116, AT22CIN034121, AT22CIN034124, AT22CIN034126, AT22CIN056718, AT22CIN034130, AT22CIN034131, AT22CIN074828, AT22CIN034135, AT22CIN034136, AT22CIN034137, AT22CIN034138, AT22CIN042490, AT22CIN034145, AT22CIN034146, AT22CIN034151, AT22CIN034153, AT22CIN034155, AT22CIN034156, AT22CIN034157, AT22CIN034159, AT22CIN034160, AT22CIN034161, AT22CIN034162, AT22CIN034163, AT22CIN063793, AT22CIN034166, AT22CIN042718, AT22CIN034171, AT22CIN034172, AT22CIN034173, AT22CIN034174, AT22CIN034175, AT22CIN034178, AT22CIN034181, AT22CIN034184, AT22CIN034186, AT22CIN049193, AT22CIN034190, AT22CIN034191, AT22CIN034192, AT22CIN034193, AT22CIN034194, AT22CIN034195, AT22CIN034197, AT22CIN074833, AT22CIN034200, AT22CIN034201, AT22CIN034202, AT22CIN034203, AT22CIN034209, AT22CIN034210, AT22CIN034211, AT22CIN034214, AT22CIN034215, AT22CIN034216, AT22CIN034219, AT22CIN034220, AT22CIN034221, AT22CIN034222, AT22CIN034223, AT22CIN034224, AT22CIN034226, AT22CIN042725.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de materiais ambulatoriais e correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	15/04/2023
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0012/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
87	Unidade	Seringa hipodérmica descartável, estéril, capacidade de 10cc, com bico liso luer slip. Fabricada em polipropileno, sem agulha, siliconizada, com graduação exata, nítida e permanente. Êmbolo deslizável com perfeita vedação e corpo translúcido. Embalagem unitária em papel grau cirúrgico que permita abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade e lote. Apresentar registro no ministério da saúde/anvisa. (CIM8622)	SR	DESCARPACK

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 18/07/2022 pela empresa BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 25 de julho de 2022.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP22CIN0212_E-PAL12527_21 - MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME

Publicação Nº 4071655

AP22CIN0212

VIGÉSIMO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 12527/2021-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA, CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL, CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES, LAGESPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE GASPAR, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE IÇARA, SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA.
FORNECEDOR:	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME

ATA:	AT21CIN113746, AT21CIN002832, AT21CIN113623, AT21CIN113656, AT21CIN113691, AT21CIN005930, AT21CIN113751, AT21CIN113711, AT21CIN113669, AT21CIN113682, AT21CIN039574, AT21CIN074762, AT21CIN113676, AT21CIN015535, AT21CIN113688, AT21CIN057207, AT21CIN113703, AT21CIN113693, AT21CIN113674, AT21CIN113641, AT21CIN113671, AT21CIN059878, AT21CIN113709, AT21CIN113681, AT21CIN115712, AT21CIN113749, AT21CIN113718, AT21CIN113728, AT21CIN113721, AT21CIN113727, AT21CIN113628, AT21CIN113696, AT21CIN113637, AT21CIN113610, AT21CIN029042, AT21CIN113699, AT21CIN113647, AT21CIN113629, AT21CIN113744, AT21CIN113717, AT21CIN113636, AT21CIN113702, AT21CIN007112, AT21CIN113615, AT21CIN000585, AT21CIN113753, AT21CIN113689, AT21CIN113725, AT21CIN113626, AT21CIN113705, AT21CIN003417, AT21CIN113714, AT21CIN113742, AT21CIN113706, AT21CIN113748, AT21CIN113677, AT21CIN113618, AT21CIN113704, AT21CIN113701, AT21CIN005931, AT21CIN113730, AT21CIN113620, AT21CIN113645, AT21CIN113732, AT21CIN120765, AT21CIN113712, AT21CIN113731, AT21CIN113660, AT21CIN113719, AT21CIN113680.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Alimentos não perecíveis e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	14/10/2022
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 12527/2021 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0047/2021 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
15	Frasco	Adoçante dietético líquido. Frasco com 80 a 100 ml. Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN12978)	MAGRO 100ML	K-CROSS 100ML

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 20/07/2022 pela empresa MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 25 de julho de 2022.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP22CIN0213_E-PAL 009 - ORBENK

Publicação Nº 4071660

AP22CIN0213

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO CT19CIN0013

CONTRATANTE	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATO	CT19CIN0013
TERMO ADITIVO	AP19CIN00405/AC20CIN0009/AC20CIN0023/AC20CIN0029/AC21CIN0019/AC21CIN0020/AC21CIN0069/AC22CIN0041/AC22CIN0042/AP19CIN0405/AP22CIN0137/AP22CIN0174
OBJETO	Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados de auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo.
VIGÊNCIA DO CONTRATO:	06.06.2019 a 31.08.2022

CONSIDERANDO as faltas injustificadas referente ao mês de julho de 2022 com desconto na nota fiscal nº 162204;

Art. 1º - Fica reduzido o valor de R\$ 775,47 (setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) do contrato em epígrafe.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 29 de julho de 2022.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

DECISÃO 1780_2022 ADESÃO MUNICÍPIO NOVO BARREIRO - RS - AUTORIZAÇÃO ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 4071140

Processo Administrativo Eletrônico:	1780/2022-e
Interessado:	MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO – RS
Assunto:	Adesão a Ata de Registro de Preço, ATC015003/2021
Referência:	e-PAL 15003/2021-e, PE 0055A/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Em face da manifestação do Fornecedor pela opção da aceitação do fornecimento da adesão a Ata de Registro de Preço nº ATC015003/2021, para fins de aquisição do seguinte item:

Item	Descrição	Marca/Modelo	Fornecedor	Quantidade da Adesão	Valor Unitário
02	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS TETO ALTO COM O MÍNIMO 17 + 1 LUGARES, TIPO D, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS (CIN15217).	MERCEDES-BENZ SPRINTER VAN 516 CDI 2.2L TURBO DIESEL MANUAL 2021/2022	MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA	01 unidade	R\$ 274.600,00

Dessa forma, na condição de Órgão Gerenciador, mediante manifestação de adesão e aceitação de fornecimento e demais documentos juntados aos autos, fica AUTORIZADA a aquisição e contratação do item 02 (tabela acima), por Adesão a Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC015003/2021, decorrente do Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 15003/2021-e, Edital de Pregão, na forma eletrônico, nº 0055A/2021, conforme processo administrativo eletrônico nº 1780/2022-e.

É importante destacar que a aquisição e contratação decorrente da solicitação do Município de Novo Barreiro - RS, não poderá exceder às quantidades e os valores registrados, conforme tabela acima.

Por fim, ressalto que a referida aquisição e contratação deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias, a partir da Adesão de Registro de Preços, observados o prazo de vigência da referida ata, devendo o cumprimento desse prazo ser comunicado ao Órgão Gerenciador, até o quinto dia útil da aquisição.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 21 de julho de 2.022.

Eloi Rönnau
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 529.063/2020

DECISÃO 1861_2022 ADESÃO CBM SERGIPE - AUTORIZAÇÃO ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 4071144

Processo Administrativo Eletrônico:	1861/2022-e
Interessado:	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SERGIPE
Assunto:	Adesão a Ata de Registro de Preço, ATC015015/2021
Referência:	PAL 15015/2021-e, PE 0081A/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Em face da manifestação do Fornecedor pela opção da aceitação do fornecimento da adesão a Ata de Registro de Preço nº ATC015015/2021, para fins de aquisição do seguinte item:

Item	Descrição	Marca/Modelo	Quantidade da Adesão	Valor Unitário
4	LANTERNA DE CABEÇA INTRINSECAMENTE SEGURA. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN15520)	LANTERNA DE CABEÇA INTRINSECAMENTE SEGURA - MARCA STREAMLIGHT - MODELO 3AA HAZ-LO	270 unidades	R\$ 351,00

5	LUVA DE RESGATE VEICULAR. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN15521)	LUVA DE RESGATE VEICULAR, MARCA HEX ARMOR, EXT RESCUE, Modelo 4012, Tecido SuperFabric, Cor vermelha na palma e amarelo no dorso, EN 388:2016 – índices (4541)	410 unidades	R\$ 379,60
---	--	--	--------------	------------

Dessa forma, na condição de Órgão Gerenciador, mediante manifestação de adesão e aceitação de fornecimento e demais documentos juntados aos autos, fica AUTORIZADA a aquisição e contratação dos itens 04 e 05 (tabela acima), por Adesão a Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC015015/2021, decorrente do Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 15015/2021-e, Edital de Pregão, na forma eletrônico, nº 0081A/2021, conforme processo administrativo eletrônico nº 1861/2022-e.

É importante destacar que a aquisição e contratação decorrente da solicitação do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe não poderá exceder às quantidades e os valores registrados, conforme tabela acima.

Convém esclarecer que se trata de adesão vertical, devendo o órgão solicitante atentar-se para as disposições contidas nos regulamentos Estadual e Federal aplicáveis, bem como entendimentos do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e do Tribunal de Contas da União.

Por fim, ressalto que a referida aquisição e contratação deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias, a partir da Adesão de Registro de Preços, observados o prazo de vigência da referida ata, devendo o cumprimento desse prazo ser comunicado ao Órgão Gerenciador, até o quinto dia útil da aquisição.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 28 de julho de 2.022.

Eloi Rönnau
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 529.063/2020

DECISÃO 1900_2022 ADESÃO MUNICÍPIO NOVO BARREIRO - RS

Publicação Nº 4070809

Processo Administrativo Eletrônico:	1900/2022-e
Interessado:	MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO - RS
Assunto:	Adesão a Ata de Registro de Preço, ATC000044/2022
Referência:	e-PAL 000044/2022-e, PE 0029/2022

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Em face do pedido da Interessada, foi instaurado procedimento administrativo visando verificar a viabilidade de adesão. Demonstrada a vantajosidade, foi formulada consulta ao Fornecedor detentor do item. Ocorre que a manifestação do Fornecedor foi negativa. Assim, decido pelo ARQUIVAMENTO DO FEITO, remetendo-se cópia da presente decisão ao Município de Novo Barreiro – RS.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 28 de julho de 2.021.

Eloi Rönnau
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

CIS/AMARP**EXTRATO DO CONTRATO 017/2022 JULIANA MATTOS BARETTA OTORRINO**

Publicação Nº 4070940

EXTRATO DO CONTRATO 017/2022

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CISAMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede à Avenida Manoel Roque nº 99 Térreo, Bairro: Alvorada, Videira/SC, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Wilson Ribeiro Cardoso Junior, prefeito do município de Fraiburgo/SC, denominado CONTRATANTE e JULIANA MATTOS BARETTA CONSULTORIO LTDA, inscrita no CNPJ: 40.038.600/0001-63, localizada na Rua Getulio Vargas, nº 490, CEP 89600-000, Sala 1209, Joaçaba/SC, neste ato representado por Juliana Mattos Baretta, denominada CONTRATADA.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de otorrinolaringologia.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Prazos: inicia-se em 29 de julho de 2022, encerrando-se em 31 de dezembro de 2022.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CISAMARP.

Data: 29/07/2022.

Signatários: Prefeito Wilson Ribeiro Cardoso Junior, contratante e Juliana Mattos Baretta, contratada.

RESOLUÇÃO Nº 36-2022 JULIANA MATTOS BARETTA OTORRINO

Publicação Nº 4070926

RESOLUÇÃO 36/2022

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR PARA O ANO DE 2022.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito do município de Fraiburgo, usando da competência que lhe confere inciso VIII, Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP:

RESOLVE:

Art. 1º Fica credenciado o Prestador de Serviços a seguir: JULIANA MATTOS BARETTA CONSULTORIO LTDA, inscrita no CNPJ: 40.038.600/0001-63, localizada na Rua Getulio Vargas, nº 490, CEP 89600-000, Sala 1209, Joaçaba/SC, em conformidade com o Edital 01/2018.

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR
CONSULTA MEDICA EM OTORRINOLARINGOLOGIA	9016783	R\$ 100,00

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 29 de julho de 2022.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior
Presidente do CISAMARP

CIS/AMOSC**RESUMO REUNIÃO SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE REALIZADA DIA 20/07/2022**

Publicação Nº 4070769

RESUMO REUNIÃO SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE REALIZADA DIA 20/07/2022

Reuniram-se no auditório da Associação dos Municípios do Oeste de SC AMOSC, no dia vinte de julho de dois mil e vinte e dois, os secretários municipais de saúde do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina, conforme convocação 02/2022. Para dar início aos trabalhos a secretaria executiva Geísa Muller de Oliveira solicitou que os representantes da Comissão do CISAMOSC, compusessem a mesa sendo o secretário de saúde de Novo Horizonte, Rogerio Acácio, Coordenador da CIR Xanxerê, Jader Danielli, secretário municipal de saúde de Chapecó, e explicou que Elisângela da Silva, coordenadora da CIR Oeste pediu exoneração do cargo, e que provavelmente Cleomar Provenci, secretário de saúde de Pinhalzinho, assumirá tal função, e na ocasião solicitou que os secretários da região da CIR Alto Uruguai AMAUC verifiquem com o secretário de saúde de Seara, atual coordenador desta CIR, sobre a participação nesta comissão, caso ele não tenha disponibilidade, que indique outro secretário para estar representando a região. Na sequência, Geísa falou sobre a cedência do terreno ao consórcio para construção da Policlínica de Referência Regional, que já passou pelas três comissões responsáveis na Câmara de Vereadores de Chapecó, com pareceres favoráveis e que, ainda nesta semana deve ser encaminhada para sanção do prefeito municipal de Chapecó. Com relação ao projeto, o mesmo foi refeito e apresentado aos secretários com a opção de um andar (subsolo), para estacionamento, com dezessete vagas para os municípios e, foi informado que tal modificação acarretará em um acréscimo de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), ao valor inicial do projeto, e ficou decidido que o mesmo será apresentado na próxima assembleia de prefeitos para aprovação. Com relação a mudança do CIS AMOSC para dentro da instituição UNOCHAPECO, para assumir a gestão da clínica escola de medicina, Geísa informou que depois de apresentada a proposta inicial aos municípios de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais) mensais, houveram discussões favoráveis, bem como, discussões contra, portanto, durante a assembleia de prefeitos realizada dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, foi deliberado que os secretários discutissem este assunto junto à comissão, então os membros reuniram-se no dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, e chegaram a uma contraproposta para apresentar a instituição UNOCHAPECO, e então, a secretaria executiva e o vice presidente do CIS AMOSC, Sr. Mauro Risso, Prefeito de Jardinópolis, estiveram reunidos com a reitoria da UNOCHAPECO, no dia onze de julho de dois mil e vinte e dois, e apresentaram a contraproposta no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensais. No dia dezoito de julho de 2022, os representantes da instituição UNOCHAPECO foram até o Consórcio, para apresentar uma nova proposta no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) mensais. Geísa deixou aberta a discussão, o secretário de saúde de Irati questionou o valor, e expôs sua preocupação com a distância para levar os pacientes até a referida Instituição. Os Secretários de saúde de Santiago do Sul e Xaxim, observaram que não se deve deixar de trabalhar com as clínicas terceirizadas no modelo que ofertamos os serviços hoje, pois os serviços próprios devem vir para agregar e aumentar as opções de profissionais nas mais diversas especialidades para os municípios. Então, foi sugerido pelos secretários presentes, fazer uma nova proposta para a instituição UNOCHAPECO, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensais, até o final do ano de dois mil e vinte e dois, e para o próximo ano o valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) mensais, ficou definido para oferecer e aguardar a resposta para chamar nova assembleia de prefeitos. Geísa aproveitou e, deixa claro sobre o tempo necessário para estruturar este serviço, e informa que todos vão trabalhar para agilizar, mas frisa que todos devem ter ciência de que os serviços próprios provavelmente estarão funcionando no segundo mês após a mudança e instalação do CIS AMOSC na instituição

UNOCHAPECO. Na sequência, foi informado sobre algumas alterações na tabela com relação à mudanças de nomenclaturas de alguns exames para tornar o processo mais fácil, bem como, foi informado que a comissão decidiu por não aplicar nenhum tipo de reajuste por hora, para nenhum procedimento, mas de antemão informou que provavelmente para o próximo ano haverá a necessidade de rever os valores de vários códigos. Foi apresentado aos secretários algumas questões que estão sendo apontadas pela auditoria, e os fluxos e decisões que estão sendo tomados com relação aos serviços médicos, bem como, com relação às compras compartilhadas. Vanessa Ritter, assessora administrativa apontou alguns erros que vêm sendo cometidos pelo setor de agendamento dos municípios, e se colocou à disposição para que, se houverem dúvidas no processo de agendamento e lançamento das guias que entrem em contato com o Setor de Auditoria do CIS AMOSC, para evitar erros de lançamentos/preenchimentos de guias. Geísa, questionou os secretários sobre a possibilidade de pausa nas cirurgias eletivas que vem acontecendo via CIS AMOSC, uma vez que os municípios não estão complementando as cirurgias da Política Catarinense de Cirurgias Eletivas, e sim, fazendo via consórcio com pagamento de guias do consórcio com recursos próprios dos fundos municipais de saúde, pois, no dia dezoito de julho de dois mil e vinte e dois em reunião realizada na Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), cuja pauta era o Hospital da Criança de Chapecó, a região da AMERIOS levantou a dificuldade em realizar algumas cirurgias em diversas especialidades, e os municípios foram questionados pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, sobre a legalidade das cirurgias realizadas via Consórcios Públicos de Saúde. Geísa questionou se era do interesse de todos suspender temporariamente as cirurgias eletivas para avaliar se os procedimentos realizados via CIS AMOSC seriam os responsáveis pela não efetividade da Política Catarinense de Cirurgias Eletivas do Estado de Santa Catarina, e todos foram extremamente incisivos com relação à continuidade dos serviços, pois os municípios e os pacientes não podem ficar à mercê do Estado. Para finalizar, a secretaria executiva Geísa informou aos presentes sobre a situação do repasse dos R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que devem ser repassados pela Secretaria de Estado de Saúde aos Consórcios Intermunicipais de Saúde, onde em ato realizado em Florianópolis ficou definido que o repasse se daria a partir de julho, de forma parcelada, mas que no momento ainda não havia se iniciado, e que, provavelmente o repasse será feito no final do exercício de 2022 em uma única parcela. E como nada mais havia a tratar a Secretária Executiva encerrou a reunião, Chapecó, SC, 20 de julho de 2022.

CISAMREC**PORTARIA Nº. 013.CISAMREC.2022 - NOMEA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE**

Publicação Nº 4071302

PORTARIA Nº 013/CISAMREC/2022

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Técnica Permanente (CTP) no âmbito do Conselho de Saúde do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC e dá outras providências.

Roque Salvan, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 26 e ss, do Estatuto Social e:

Considerando a Resolução nº. 006/CISAMREC/2022, de 07 de abril de 2022, que criou as representações das regiões de saúde da Carbonífera e do Extremo Sul Catarinense, no âmbito do Conselho de Saúde do CISAMREC;

Considerando a Resolução nº. 011/CISAMREC/2022, de 27 de julho de 2022, que criou no âmbito do Conselho de Saúde do CISAMREC a Comissão Técnica Permanente (CTP) para revisão dos códigos, nomenclaturas, inclusão, exclusão e valores das tabelas de procedimentos e de outras ações e serviços de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar e nomear os membros para compor a Comissão Técnica Permanente do Conselho de Saúde do CISAMREC, nos termos da Resolução nº. 006/CISAMREC/2022 e da Resolução nº.011/CISAMREC/2022, que será composta pelos seguintes membros:

I. Ana Cristina Horr, município de IÇARA;

II. Magai Motta Aguiar, município de ORLEANS;

III. Annelise Martins Barzan, município de URUSSANGA;

IV. Elixsandra da Silva Mota, município de MELEIRO;

VI. Rogério Ferreira da Costa Junior, município de BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA;

VII. Glícia Pagnan, município de Cocal do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, para todos os seus efeitos legais.

Criciúma, 27 de julho de 2022.

Roque Salvan
Diretor Executivo

RESOLUÇÃO Nº.011.CISAMREC.2022 - CRIA COMISSÃO TÉCNICA DE SAÚDE PERMANENTE

Publicação Nº 4071298

RESOLUÇÃO Nº. 011/CISAMREC/2022.

Dispõe sobre a criação da Comissão Técnica Permanente no âmbito do Conselho de Saúde do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC e dá outras providências.

Agenor Coral, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 19 e ss c/c Art. 56, II, do Estatuto Social;

Considerando o que dispõe o Art. 23 e ss, do Estatuto Social do CISAMREC, de que "O Conselho de Saúde é órgão consultivo, integrado pelos Secretários Municipais de Saúde dos municípios consorciados, cabendo:";

Considerando, dentre as competências do Conselho de Saúde, estabelecidas no Art. 23 e ss do Estatuto Social do CISAMREC, a necessidade de revisões periódicas das tabelas de procedimentos quantos aos códigos, nomenclaturas e valores dos procedimentos instituídos;

Considerando que na Assembleia Geral Ordinária do CISAMREC, de 08 de fevereiro de 2018, deliberou por unanimidade à criação da comissão permanente para revisão das Tabelas de Procedimentos e de outras ações e serviços de saúde, no âmbito do Conselho de Saúde do CISAMREC, publicada no Diário Oficial dos Município-DOM, em 15/02/2018;

Considerando a Resolução nº. 006/CISAMREC/2022, de 07 de abril de 2022, que criou as representações das regiões de saúde da Carbonífera e do Extremo Sul Catarinense, no âmbito do Conselho de Saúde do CISAMREC;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Técnica Permanente (CTP), de caráter consultivo, para revisões periódicas dos códigos, nomenclaturas, valores, inclusão e exclusão das Tabelas de Procedimentos e de outros serviços de saúde, no âmbito do Conselho de Saúde do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC.

Art. 2º. A Comissão Técnica Permanente (CTP), de que trata o Art. 1º desta Resolução, composta por 06 (seis) membros, sendo 02 (dois) da região de saúde Carbonífera e 02 (dois) da região de saúde do Extremo Sul Catarinense, dentre técnicos das secretarias municipais de saúde com pleno conhecimento dos procedimentos correlatos, indicados pelos representantes das regiões de saúde da Carbonífera e do Extremo Sul Catarinense, respectivamente, e 02 (dois) técnicos do CISAMREC.

Parágrafo único. As indicações a que se refere o caput deste artigo, poderá ser dentre os gestores das secretarias municipais de saúde, que tenham pleno conhecimento dos procedimentos correlatos.

Art. 3º. Compete a Comissão Técnica Permanente (CTP), do Conselho de Saúde do CISAMREC, analisar as Tabelas de Procedimentos,

quanto a padronização das nomenclaturas, códigos, permanência, inclusão ou exclusão de procedimentos, e dos valores patricados pelo órgão gerenciador do CISAMREC.

§1º. Apreciadas as Tabelas de Procedimentos pela Comissão Técnica Permanente (CTP), nos termos desta Resolução, estas serão encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Saúde do CISAMREC;

§2º. Aprovada a inclusão ou exclusão de procedimentos e de valores das respectivas tabelas, pelo Conselho de Saúde do CISAMREC, esta será levada para deliberação da Assembleia Geral do Conselho Executivo do CISAMREC;

§3º. Não será levada para deliberação da Assembleia Geral do Conselho Executivo do CISAMREC, as meras alterações de nomenclaturas, códigos e na ocorrência da permanência dos procedimentos que não implique alterações de valores, nas tabelas correspondentes, aprovadas pela CTP.

Art. 4º. A Comissão Técnica Permanente reunir-se-á de acordo com a necessidade de revisão de nomenclaturas, códigos, permanência, inclusão ou exclusão de procedimentos das respectivas tabelas de procedimentos e de outros serviços de saúde, mediante convocação do Diretor Executivo do CISAMREC ou por solicitação dos membros da Comissão de Saúde do CISAMREC.

Parágrafo Único. Compete ao Diretor Executivo do CISAMREC as convocações das reuniões para tratar dos assuntos de saúde pertinentes, nos termos do Art. 23 e ss, do seu Estatuto Social, ou pelos representantes das respectivas Regiões de Saúde que a compõe, quando necessário for.

Art. 5º. As atividades dos membros da Comissão Técnica Permanente (CTP) será de caráter voluntário, não havendo qualquer tipo de remuneração, indenização, ressarcimentos, benefícios ou congêneres.

Art. 6º. A Diretoria Executiva do CISAMREC, poderá editar Portarias regulamentando as atividades da Comissão Técnica Permanente, no âmbito do CISAMREC.

Art. 7º. A Comissão Técnica Permanente (CTP) será nomeada mediante Portaria expedida pelo Diretor Executivo do CISAMREC, nos termos do Art. 57, do Estatuto c/c Resolução nº. 006/CISAMREC/2022, de 07 de abril de 2022.

Art. 8º. Fica revogada a Resolução nº. 001/CISAMREC/2018, de 06 de março de 2018.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, e publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, para todos os seus efeitos legais.

Criciúma, 27 de julho de 2022.

Agenor Coral
Prefeito do Município de Morro da Fumaça
Presidente

CONVOCAÇÃO EMPRESA DIMASTER COM. PRODUTOS HOSP. LTDA PARA ASSUMIR O ITEM 745 MIKANIA GLOMERATA SEM AÇUCAR 120ML

Publicação Nº 4072011



Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC

@cisamrec

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMRECARARANGUÁ - BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA - BALNEÁRIO GAIVOTA - BALNEÁRIO RINCÃO - COCAL DO SUL - CRICIÚMA -
ERMO - FORQUILHINHA - IÇARA - JACINTO MACHADO - LAURO MÜLLER - MARACAJÁ - MELEIRO - MORRO DA FUMAÇA -
MORRO GRANDE - NOVA VENEZA - ORLEANS - PASSO DE TORRES - PRAIA GRANDE - SANTA ROSA DO SUL -
SÃO JOÃO DO SUL - SIDERÓPOLIS - SOMBRIO - TIMBÉ DO SUL - TREVISÓ - TURVO - URUSSANGA

Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2022

Cancelamento de Item

Pregão Eletrônico nº. 002/CISAMREC/2022

ARP nº. 002/CISAMREC/2022

Requerente: **CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA****CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do processo administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... “nos termos dos autos do processo supra, caracterizado o interesse público de alta relevância, por trata-se de produto imprescindível para os tratamentos clínicos de saúde dos usuários do SUS, determino o cancelamento do medicamento **item 0745 MIKANIA GLOMERATA SEM AÇUCAR 120ML**, registrado na ARP em epígrafe, para a empresa Requerente, e, conseqüentemente, convoco a empresa **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, para assumir o fornecimento do produto licitado, ao preço unitário de **R\$ 3,4000**, com a devida adjudicação na ARP supra, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e demais preceitos da lei nº. 8.080/90. Ressalta-se, todavia, que o cancelamento do item adjudicado à empresa Requerente na ARP, não representa acordo entre as partes, mas razões de interesse público, devendo as OCs emitidas anteriormente a data do recebimento do pedido de cancelamento, se houver, serem cumpridas pelo preço ofertado e adjudicado no certame, sem prejuízo das sanções decorrentes do descumprimento contratual pactuado na Cláusula 3ª e, conseqüentemente, da aplicabilidade das sanções previstas na Cláusula 9ª da ARP correspondente, se for o caso”. Publique-se, registre-se, cumpra-se e archive-se. Criciúma SC, 29 de julho de 2022.

DANTELINO BONETTI

Setor de Compras do CISAMREC

Av. Santos Dumont, 1980 – Sala 01A Térreo e Superior - Bairro São Luiz - 88.803-200
- Criciúma (SC) - Fone: 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 – CNES: 7363443 -
cisamrec@cisamrec.sc.gov.br

Página 1 de 1

CISNORDESTE**RESOLUÇÃO Nº30/2022**

Publicação Nº 4071073

Resolução nº 30/2022

Autoriza a inclusão de procedimentos na tabela do CISNORDESTE/SC

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato Prefeito Municipal de São João do Itaperiú, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, art. 78 e seguintes do Regimento Interno do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05 e, conforme aprovado na Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 26/07/2022.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a inclusão dos seguintes procedimentos que passa a fazer parte da tabela de serviços do CISNORDESTE/SC:

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	PREÇO SUS	CISNORDESTE
03.01.01.007-2	CONSULTA EM NEUROLOGIA INFANTIL	R\$10,00	R\$ 110,00
03.01.01.007-2	CONSULTA EM PEDIATRIA	R\$10,00	R\$80,00
02.11.07.015-7 02.11.07.014-9	ESTUDO DE EMISSÕES OTOACUSTICAS EVOCADAS TRAN-SITORIAS E PRODUTOS DE DISTORÇÃO (EOA) + EMISSÕES OTOACUSTICAS EVOCADAS PARA TRIAGEM AUDITIVA (TESTE DA ORELHINHA)	R\$60,39	R\$100,00
04.03.07.001-5	ANGIOPLASTIA INTRACRANIANA EM VASO ESPASMO	R\$807,81	R\$807,81
04.06.04.009-5	ANGIOPLASTIA INTRALUMINAL DE VASOS DO PESCOÇO OU TRONCOS SUPRA-AÓRTICOS (COM STENT NÃO RECOBERTO)	R\$1.065,36	R\$1.065,36

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville, 29 de julho de 2022

Clézio José Fortunato
Prefeito de São João do Itaperiú
Presidente do CISNORDESTE/SC

ERRATA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº 28.2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2018

Publicação Nº 4071191



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337/0001-31

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº 28/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 34/2018.

Errata do contrato de prestação de serviços de saúde celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – Cisnordeste/SC e Clínica Pediátrica Cor Kids Ltda, retifica a tabela dos procedimentos em quantitativos, conforme descrito na cláusula primeira e, conseqüentemente os valores médios mensais, conforme descrito na cláusula segunda.

Assim, onde se lê:

Código	Procedimentos	Quant/mensal	Valor Unit.	Valor/mensal	Anual
03.01.01.007-2	Consulta em cardiologia - ADULTO	10	R\$ 59,41	R\$ 594,10	R\$ 2.970,50
03.01.01.007-2	Consulta e eletrocardiograma - ADULTO	10	R\$ 59,41	R\$ 594,10	R\$ 2.970,50
02.11.02.005-2	MONITORIZAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL (M.A.P.A) - ADULTO E INFANTIL	10	R\$ 137,76	R\$ 1.377,60	R\$ 6.888,00
02.11.02.004-4	Holter 24 horas digital - ADULTO E INFANTIL	15	R\$ 159,75	R\$ 2.396,25	R\$ 11.981,25
02.05.01.003-2	Ecocardiograma - INFANTIL	10	R\$ 130,42	R\$ 1.304,20	R\$ 6.521,00
11.02.05.001-2	Ecodoppler fetal	10	R\$ 238,30	R\$ 2.383,00	R\$ 11.915,00
totais				R\$ 8.649,25	R\$ 43.246,25

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Em virtude deste contrato de prestação de serviços, o Valor médio/mês do contrato: R\$ 8.649,25 (oito mil seiscentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos). Valor médio/ano do contrato: R\$43.246,25 (quarenta e três mil duzentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Página 1 de 2



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

LEIA-SE:

Código	Procedimentos	Quant/mensal	Valor Unit.	Valor/mensal	anual
03.01.01.007-2	Consulta em cardiologia - ADULTO	10	R\$ 59,41	R\$ 594,10	R\$ 2.970,50
03.01.01.007-2	Consulta de Cardiologia + eletrocardiograma - ADULTO	10	R\$ 84,15	R\$ 841,50	R\$ 4.207,50
02.11.02.005-2	Monitorização Ambulatorial De Pressão Arterial (Mapa)) - ADULTO E INFANTIL	10	R\$ 137,76	R\$ 1.377,60	R\$ 6.888,00
02.11.02.004-4	Monitoramento Pelo Sistema Holter 24 Horas - ADULTO E INFANTIL	15	R\$ 159,75	R\$ 2.396,25	R\$ 11.981,25
02.05.01.003-2	Ecocardiograma Transtoracica - INFANTIL	10	R\$ 130,42	R\$ 1.304,20	R\$ 6.521,00
11.02.05.001-2	Ecodoppler fetal	10	R\$ 238,30	R\$ 2.383,00	R\$ 11.915,00
totais				R\$ 8.896,65	R\$ 44.483,25

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Em virtude deste contrato de prestação de serviços, o Valor médio/mês do contrato: R\$ 8.896,65 (oito mil oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos). Valor médio/ano do contrato: R\$ R\$ 44.483,25 (quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Joinville, 28 de julho de 2022.

ANA MARIA GROFF JANSEN
Diretora Executiva
CONTRATANTE

FRANCISCO CESAR PABIS
Clínica Pediátrica Cord Kids LTDA
CONTRATADA

CODEPLAN**ATA Nº 03/2022**

Publicação Nº 4072060

ATA Nº 03/2022

Aos vinte e sete dias do mês de julho do corrente, às 14 horas em primeira chamada, reuniram-se na sede da Amplanorte os prefeitos que compõe o consórcio, inscrito no CNPJ: 20.199.198/0001-91. Esteve presente o Presidente e prefeito de Irineópolis, Sr. Lademir Fernando Arcari, prefeito de Bela Vista do Toldo, Sr. Cesar Dreher, prefeito de Bela Vista do Toldo, Sr. Alfredo Cesar Dreher, prefeito de Mafra, Sr. Emerson Maas, prefeito de Monte Castelo, Sr. Jean Carlo Medeiros de Souza, prefeito de Papanduva, Sr. Luiz Henrique Saliba, prefeito de Itaiópolis, Sr. Mozart José Myczkowski, prefeito de Porto União, Sr. Eliseu Mibach, prefeito de Três Barras, Sr. Luiz Divonsir Shimoguiuri, secretário executivo da Amplanorte e coordenador do CODEPLAN, Sr. Helio Daniel Costa e jurídico da Amplanorte, Sr. Manolo. Lademir deu boas vindas e passou a palavra ao Daniel para iniciar a pauta do dia. 1) Consorciamento do Licenciamento Ambiental – Experiência do Extremo Oeste – Apresentação IMA 2) Programa Mais Asfalto 3) Assuntos Gerais. Daniel agradeceu e chamou o gerente do Instituto Ambiental de Canoinhas, Sr. Cristhian Agenor Martins para apresentação. Cristhian agradeceu e explicou que assumiu o IMA a noventa dias e que encontrou muitas dificuldades, como muitos processos parados, falta de efetivo e equipamentos. Comentou que atende 06 municípios da Amplanorte, mas que nos outros municípios é o mesmo sistema de gestão. Apresentou a experiência do consórcio consorcio intermunicipal de desenvolvimento regional da região de São Miguel do Oeste. E que o sistema de municipalização deu certo, na gestão administrativa possuem tem seis técnicos mais o setor administrativo para atender a demanda. Se o CODEPLAN tiver interesse é enviar ao CONSEMA os documentos pertinentes, e disse que os processos podem ser efetivados em trinta dias. Dr. Manolo diz que a competência é do município, para licença ambiental, no qual a lei federal prevê. Deu como exemplo o Consórcio Quiriri, onde os municípios de São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho fizeram o cadastramento para o licenciamento, mas encontraram dificuldades com a questão de técnicos, no qual foi cedido pelos municípios para o consórcio, e com isso foram indagados pelo Ministério Público onde as tratativas dificultaram o andamento dos serviços. Explicou que a melhor maneira é um dialogo com o MP para explicar a situação, e que se os prefeitos tem interesse precisa ser emprego publico regido pelo sistema CLT. O Codeplan irá verificar o custo efetivo para contratação de técnicos e parte administrativa e com isso precisará ser feito contrato de programa e rateio, e aprovação de ambas as partes. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião.

CVC**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Publicação Nº 4071279

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de elaboração de projetos complementares e licenciamento ambiental para implantação de uma usina de concreto asfáltico.

Coronel Freitas, SC, 29 de julho de 2022.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo

CIS-GRANFPOLIS**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2022**

Publicação Nº 4071951

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2022

Contrato que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis – CIS-GRANFPOLIS e CH Integração Público Privada.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIS-GRANFPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 42.499.226/0001-29, com sede na Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Vitor Norberto Alves, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 543.554.609-59, doravante denominado CIS-GRANFPOLIS, e, de outro lado, CH INTEGRAÇÃO PÚBLICO PRIVADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 43.224.743/0001-58, com sede na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, 365 – Coloninha – na Cidade de Gaspar, neste Estado – CEP 89.110-119, neste ato representada pelo seu Diretor Cleones Hostins, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado no artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e no processo administrativo licitatório nº 01/2022, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a Prestação de Serviços de Assessoria Técnica e Consultoria em consórcios públicos para a organização das rotinas internas do CIS-GRANFPOLIS, conforme termo de referência presente nos autos do processo administrativo nº 01/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 Este contrato terá vigência entre 01/08/2022 até 31/12/2022, ou até alcançar o limite financeiro de R\$ 35.200,00 por ano, podendo ser acrescido e o contrato prorrogado por igual período, na forma dos artigos 57, II, e 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O valor total contratado é de R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais):

3.2 O pagamento será efetuado conforme a execução e aceitação do objeto prestado nos termos do item 3.4, em até 10 (dez) dias, posterior a entrega da nota fiscal, a ser creditado em conta corrente de titularidade da contratada.

3.3 Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

3.4 A aceitação do objeto se dará mediante a avaliação da Diretoria Executiva da Contratante que constatarão se o serviço atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência do Processo Administrativo Licitatório nº 01/2022.

3.5 Os serviços presenciais serão prestados na sede da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 A despesa decorrente da presente contratação de serviços ocorrerá por conta da Dotação: Projeto atividade 2002 – Manutenção e Funcionamento do CIS-GRANFPOLIS. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta, conforme anexo.

CLÁUSULA QUINTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E O REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 O presente contrato tem por fundamento o artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais ordenamentos voltados à administração pública, se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no processo de dispensa de licitação nº 68/2021.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE DE PREÇO

6.1 Os preços são irrevogáveis, exceto pela alteração ou reequilíbrio do quantitativo inicial previsto, de acordo com o artigo 65, § 1º e artigo 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido nos termos do artigo 65, I, "d", da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços/objetos desta contratação no prazo estabelecido junto ao CIS-GRANFPOLIS, bem como é de responsabilidade da Contratada quaisquer danos decorrentes da prestação de serviço, causados ao consórcio ou à terceiros.

7.2 Designar os profissionais que serão responsáveis pela execução do serviço.

7.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. Propor atividades e ações para execução na região, alinhadas com os objetivos desta contratação.

7.4 Encaminhar mensalmente ao CIS-GRANFPOLIS para avaliação relatório das atividades executadas, detalhando as interações e os resultados alcançados.

7.5 Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto;

7.6 Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, abstendo-se de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento;

7.7 Se comprometer a manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos do CIS-GRANFPOLIS, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias, em caso de ações de terceiros;

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CIS-GRANFPOLIS

8.1 Demandar trabalho à proponente contratada.

8.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

8.3 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato e no termo de referência.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1 O exercício de fiscalização pela Diretoria Executiva não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

9.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

9.2.1 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

9.2.2 Rejeitar todo e qualquer serviço entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua reparação imediata;

9.3 O CIS-GRANFPOLIS, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos serviços objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Constituem motivo para rescisão do contrato:

10.1.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

10.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

10.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial,

bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

10.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

10.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

10.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

10.1.7 A dissolução da sociedade;

10.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

10.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CIS-GRANFPOLIS e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

10.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

10.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CIS-GRANFPOLIS à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

10.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

10.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

10.2 Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

10.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 10.1.1 à 10.1.10, 10.1.12 e 10.1.13.

10.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

10.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

10.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.4 Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

10.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

12.1 Pelo comportamento incorreto da CONTRATADA, o CIS-GRANFPOLIS poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1 Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas;

12.1.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

12.1.2.1 No valor de 0,2% (dois décimos percentuais) do valor da proposta, no respectivo item, por dia de atraso injustificado na entrega;

12.1.2.2 No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor da proposta, no respectivo item, no caso da realização dos serviços em desacordo com o especificado no edital, quando acarretar prejuízo à administração pública;

12.1.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor do valor da proposta, no respectivo item, no caso de recusa de entrega, ou de troca de bens que não atendem o edital; e,

12.1.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor da proposta se der causa à declaração de inidoneidade.

12.1.3 Suspensão de participação em licitações com o CIS-GRANFPOLIS, incluindo seus municípios consorciados, pelo prazo de até 02 (dois) anos, no caso de acumulação de mais de 10 % em multas, por um ou mais motivos mencionados no item 12.1.2.

12.1.4 Declaração de inidoneidade, nos seguintes casos:

12.1.4.1 Apresentação de declaração ou informações em falso no processo, de forma dolosa, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

12.1.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.1.4.3 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

12.1.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2 Além das sanções previstas neste termo, o CIS-GRANFPOLIS poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no Lei Federal 12.846/13.

12.3 O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor total da proposta, sem prejuízo ao disposto no item 12.1.4.

12.4 Será assegurada, à parte que tiver recebida a sanção, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1 O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

12.1.1 Unilateralmente pelo CIS-GRANFPOLIS:

12.1.1.1 quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

12.1.1.1 quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei; e,

12.1.1.1 para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

12.1.2. Por acordo das partes:

12.1.2.1 quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

12.1.2.2 quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de realização de serviços; e,

12.1.2.3 para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

13.3 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

13.4 É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Florianópolis – Estado de Santa Catarina.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Florianópolis - SC, 29 de julho de 2022.

CIS-GRANFPOLIS VITOR NOBERTO ALVES Presidente CIS-GRANFPOLIS	CONTRATADA CLEONES HOSTINS Diretor
TESTEMUNHA 1 RAIANY MAIARA KREUSCH Assessora Jurídica CIS-GRANFPOLIS Matrícula nº 2214 – Leoberto Leal	TESTEMUNHA 2 TERESINHA NIEHUES Diretora Executiva CIS-GRANFPOLIS

DISTRATO TERMO DE ACORDO - LUIZ ANTONIO GERARDI

Publicação Nº 4072570

DISTRATO TERMO DE ACORDO

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - GRANFPOLIS, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.846.873/0001-19, com sede à Rua Cândido Ramos, n. 250, Capoeiras, Florianópolis - SC, CEP 88090-800, representada pelo seu Presidente, Prefeito de São José – SC, Sr. ORVINO COELHO DE AVILA, RG n. 263870 e CPF 096.425.529-49, doravante denominada simplesmente GRANFPOLIS, e LUIZ ANTONIO GERARDI, portador da Cédula de Identidade nº 2.083.038 e CPF nº 727.939.459-00, funcionário da GRANFPOLIS, onde exerce a função de Contador, doravante denominado FUNCIONÁRIO, resolvem Distratar o Termo de Acordo firmado em 01 de setembro de 2021, com base nas condições a seguir.

1. Mediante o Termo de Cooperação Institucional CIS-GRANFPOLIS nº 01/2022, firmado entre o Consórcio e a Prefeitura de Leoberto Leal, os trabalhos contábeis serão assumidos pelo servidor municipal Worli José Kreusch – Matrícula nº 367, que sem prejuízo às suas funções para com a municipalidade, atuará como contador do CIS-GRANFPOLIS, em conjunto com os demais servidores daquele município que atuaram como Controle Interno e Departamento Pessoal.

2. O FUNCIONÁRIO continuará vinculado à GRANFPOLIS, da mesma forma que executará e responderá pelos registros contábeis do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis - CIS-GRANFPOLIS, até 31 de julho de 2022.

3. Para que surta os efeitos legais, as partes firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 29 de julho de 2022.

GRANFPOLIS
ORVINO C. DE AVILA
Presidente GRANFPOLIS

FUNCIONÁRIO
LUIZ A. GERARDI
Contador

CIS-GRANFPOLIS
VITOR NOBERTO ALVES
Presidente CIS-GRANFPOLIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 02/2022

Publicação Nº 4071917

**EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo Licitatório nº 02/2022

Dispensa de Licitação nº 02/2022

Objeto: Prestação de Serviços especializados no fornecimento de sistema informatizado de gestão, incluindo de licenciamento mensal de sistema integrado de Contabilidade, Planejamento, Compras, Folha, eSocial e Transparência, com Manutenção legal e corretiva e Suporte Técnico, para o CIS-GRANFPOLIS.

Contratado: Betha Sistemas Ltda – CNPJ 00.456.865/0001-67

Valor total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Data de vigência: 01/08/2022

Base legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Florianópolis – SC, 29 de julho de 2022.

Vitor Noberto Alves
Presidente do CIS-GRANFPOLIS
(assinatura)

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO - 01/2022

Publicação Nº 4071807

**EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo Licitatório nº 01/2022

Dispensa de Licitação nº 001/2022

Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria Técnica e Consultoria em consórcios públicos para a organização das rotinas internas do CIS-GRANFPOLIS

Contratado: CH Integração Público Privada (CNPJ 43.224.743/0001-58)

Valor total: R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais).

Data de vigência: 01/08/2022

Base legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Florianópolis – SC, 29 de julho de 2022.

Vitor Noberto Alves
Presidente do CIS-GRANFPOLIS
(assinatura)

CIGAMVALI**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022**

Publicação Nº 4071945

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC4A41A512E011965F2F234FD59A571ED6B75BBF
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI

Processo Administrativo nº 016/2022 – Pregão Presencial nº 005/2022

AC4A41A512E011965F2F234FD59A571ED6B75BBF

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, nos termos da Lei nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Tipo Menor Preço GLOBAL, para Registro de Preços para Fornecimento de blends alimentícios probióticos e prebióticos (Opção 1 - B. lactis - 1x10e9 UFC/dia e Beta glucanas - 75 mg/dia; Opção 2 - B. lactis - 1x10e9 UFC/dia, L. reuteri - 1x10e8 UFC/dia, L. paracasei - 1x10e8 UFC/dia e S. boulardii - 1x10e8 UFC/dia; Opção 3 - B. lactis - 1x10e9 UFC/dia, L. rhamnosus - 4x10e8 UFC/dia, L. reuteri - 1x10e8 UFC/dia e Beta glucanas - 120 mg/dia), destinados para os alunos das Escolas de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil dos municípios consorciados ao CIGAMVALI, conforme especificações constantes no termo de referência anexo I. Recebimento dos Envelopes até: 16/08/2022 às 08:45 horas. Data da Sessão Pública: 16/08/2022 às 09:00 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download no site: cigamvali.atende.net. Barra Velha, 29 de julho de 2022. DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito.

EDITAL DE PUBLICIDADE 010/2022

Publicação Nº 4071154

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

Nº 038/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO SAN/25989 – FCEI 46621

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA, inscrito no CNPJ nº 83102830000157, para a atividade 33.20.01 - DESASSOREAMENTO MECANIZADO DE CURSOS D'ÁGUA, EXCETO POR DRAGA, situado na: RUA LOURENÇO BORBA, S/N - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Artur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 29 de julho de 2022

Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

Nº 039/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/25983 – FCEI 46643

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento LUCAS ALBERTO HEPP, inscrito no CPF nº 015.191.370-60, para a atividade 71.11.01 - CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua Dom Duarte, 363 - Quinta dos Açorianos, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Artur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 29 de julho de 2022

Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

Nº 040/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/25986 – FCEI 46532

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento PAULO CABRAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA, inscrito no CNPJ nº 29875406000108, para a atividade 71.11.01 – Condomínios de casas ou edifícios, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade, situado na RUA ALDO KATH, 296 - NOVA BARRA VELHA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Artur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 29 de julho de 2022

Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

Nº 041/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/25987 – FCEI 46454

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento MACIANA CARDOSO DA SILVA, inscrito no CPF nº 108.206.344-41, para a atividade 71.11.01 – Condomínios de casas ou edifícios, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade, situado na Rua 2112, 23 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Artur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

